

GERENCIAMENTO DE RISCO NO TRANSPORTE DE CARGAS

ANÁLISE

Educação para a gestão da mobilização e segurança nacional

SEGURANÇA PÚBLICA

Repressão X Prevenção: um novo paradigma



Ponto de Vista

Editorial

Análise

Gerenciamento de Riscos no Transporte Rodoviário7

Acontece

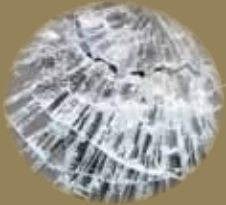
Segurança Pública

Repressão X Prevenção: um novo paradigma.....25

Análise

Educação para a gestão da
mobilização e segurança nacional27

Ler&Saber



A revista Gestão de Riscos é uma publicação eletrônica mensal da Sicurezza Editora.
Rua Barão de Jaceguai, 1768. Campo Belo - São Paulo - SP, 04606-004, BRASIL

Diretores | Antonio Celso Ribeiro Brasiliano e Enza Cirelli. **Edição e Revisão** | Mariana Fernandez. **Arte e Diagramação** | Agencia BM Design

Colunistas | Mariana Fernandez. **Colaboradores desta edição** | Armando Nascimento, João Carlos da Silva e Lícia Mendes.

Brasiliano & Associados Online | www.brasiliano.com.br **Blog da Brasiliano & Associados** | www.brasiliano.com.br/blog

FILOSOFIA EM TEMPOS DE (IN)SEGURANÇA

Os livros de filosofia raramente são concebidos em um ponto preciso do tempo ou em algum lugar específico. Kant escreveu A Crítica da Razão Pura durante 11 anos. Spinoza trabalhou a maior parte da sua vida na Ética. Sócrates jamais escreveu uma única linha. Este editorial é, hoje, diferente, pois a idéia foi concebida nestes tempos de in(segurança). Traficantes dominando áreas das cidades, impedindo cidadãos de poderem circular, assassinatos acontecendo à luz do dia, assaltos, roubos de carga, ou seja, estamos vivenciando tempos de (in)segurança como nunca!!

Teriam nossas leis clássicas se tornado obsoletas diante das novas ameaças? Quem é soberano de quem? Será o diálogo uma prática cultural específica, que às vezes poderia simplesmente se mostrar inadequada? E, o mais importante, sob que condições o diálogo é uma opção viável?

Trata-se ainda uma questão aberta: saber se essa (in) segurança pode ser terrorismo, se esse terrorismo pode ser distinguido da guerra e, finalmente, se o Estado Brasileiro, pode declarar guerra a algo que não seja uma entidade política. Essa pode ser uma preocupação considerável, plano no qual a militarização da vida comum poderia minar o funcionamento do Estado constitucional, já que lançar mão de recursos militares pode se demonstrar uma atitude desproporcional e ineficaz.

Eu coloco que a batalha contra essa (in) segurança não é uma simples partida de xadrez. Não existem regras pré-estabelecidas: não há distinção entre lances legítimos e ilegítimos!!

A filosofia começou a avaliar se a razão poderia ter uma responsabilidade moral e social intrínseca, e se, com base nisso, a filosofia deveria desenvolver uma relação mais ativa com situações como essa que estamos vivendo – a (in) segurança.

Para Kant e outros filósofos do Iluminismo, tornou-se claro que a auto-afirmação da razão tem um impacto histórico, pois só a razão é capaz de indicar como transformar o presente em um futuro melhor.

Dessa forma, nossa liberdade é medida pelo grau em que nos tornamos aptos a adquirir controle sobre os fatores de riscos da (in) segurança; que, de outro modo, nos controlariam!

A ideologia explícita dessa (in) segurança e de seus fatores de riscos é uma rejeição da modernidade, que na tradição filosófica está associada ao conceito do Iluminismo. O iluminismo marca uma ruptura com o passado, historicamente século XVIII, que se torna possível somente com base na independência do indivíduo diante do totalitarismo (união do poder político com a crença religiosa). Tal independência é a marca da modernidade!

Hoje, quando perguntamos se vivemos em uma era iluminada, a resposta é não, mas vivemos em uma era de iluminação. Kant estava certo ao lembrar que nunca podemos confiar que vivemos em uma era iluminada, mas em uma era na qual a iluminação é um processo que tem necessidade constante de ser cultivado. Kant entende que a modernidade é uma mudança na atitude de crença. Uma atitude de crença indica o modo como acreditamos, mais do que aquilo em que acreditamos.

É isso que precisamos fazer!! Mudar nossas crenças, agir, tomar atitudes. Pois só assim poderemos controlar os fatores de riscos da (in) segurança, que hoje se espalha pelo Brasil a uma velocidade patológica!!

Boa leitura e sorte!!!

Antonio Celso Ribeiro Brasileiro
Publisher
abrasiliano@brasiliano.com.br

técnica, precisão e agilidade

requisitos fundamentais para a gestão de riscos!!

Sua empresa possui? Ou simplesmente chuta?



A GR NO TRÂNSITO DA ECONOMIA

A economia do Brasil anda de caminhão. É no transporte rodoviário de cargas que está a riqueza da nossa nação. Nosso país tem km de rodovias e uma frota de caminhões.

Se “onde tem dinheiro, tem ladrão”, no transporte rodoviário de cargas, os riscos de furto e, principalmente, roubo são enormes. Além desses, outros riscos como, por exemplo, acidentes, são também muito comuns ao se percorrerem longas distâncias, com muita carga e sob responsabilidade principal de um motorista, humano.

A importância da gestão de riscos no transporte rodoviário de cargas é, portanto, fundamental. Através dela previne-se contra perdas e otimiza-se os custos da enorme economia do transporte e das economias que esse carrega.

João Carlos da Silva nos presenteia nesta edição com o artigo Gerenciamento de Risco no Transporte Rodoviário, resultado de um MBA em Logística Empresarial e Supply Chain Management; repleto de dados atualizados e teoria claríssima que auxiliarão a todos os gestores de logística.

Se um dos maiores riscos do transporte de cargas é a corrupção, essa é um perigo a todos os cidadãos. Lara Mendes, através de sua dissertação de mestrado que virou livro, demonstra na Ler & Saber como os atos de corrupção atingem de maneira indireta mas fatal a todos os atores sociais, que sofrem com os entraves da consequente taxa de juros alta.

Na mesma coluna, você verá na resenha do livro de Andre Macieira Risco Positivo que “A sorte favorece quem tem a mente preparada. A gestão de riscos positivos não vai trazer sorte para sua organização, mas vai deixá-la mais bem preparada para explorá-la.”

(Adaptado de Louis Pasteur e Nalebuff)

Na Acontece, estão as Noites de Autógrafos dos livros acima e outros eventos da Brasiliano pelo país.

Dois novos contribuintes inauguram nesta edição. Armando Nascimento, traz um artigo na área de Segurança Pública, falando da mudança necessária ao modelo de contenção da violência brasileiro, focando-se principalmente no perfil profissional no profissional de segurança pública: o policial. Para Armando, o novo profissional deve ser o policial do conhecimento.

Seguindo essa linha de pensamento deixada em aberto por Nascimento, sobre reformas necessárias no âmbito da formação do cidadão, Lícia Mendes traz um artigo científico que alerta a sociedade e o governo da importância do conhecimento e do preparo do cidadão brasileiro para o civismo e patriotismo. A autora propõe reformas no sistema educacional com base em modelos já adotados previamente, como forma de formar um novo cidadão, mais comprometido com a nação.

Mariana Fernandez
Editora

Serviços de Consultoria

Plano de Continuidade de Negócios - PCN

Sua empresa está preparada para um evento de DESCONTINUIDADE??

A operacionalização de um PCN é um processo estruturado para:

- Melhorar proativamente a resiliência da empresa contra possíveis descontinuidade;
- Restabelecer a capacidade de fornecimento de produtos e serviços;
- Proteger marca e reputação

O PCN possui normatizações e regulações, com base nas melhores práticas internacionais.

No Brasil, através da ABNT, tem as normas ABNT NBR 15999 - 1 e 2, que descrevem o processo, estrutura e conteúdo de um sistema de Gestão de Continuidade de Negócio.

Capacite sua empresa para resistir aos efeitos de um incidente!!!!

Consulte – nos!!!!

informações | 11 5531-6171
| www.brasiliano.com.br
| info@brasiliano.com.br





Gerenciamento de Risco no Transporte Rodoviário

João Carlos da Silva

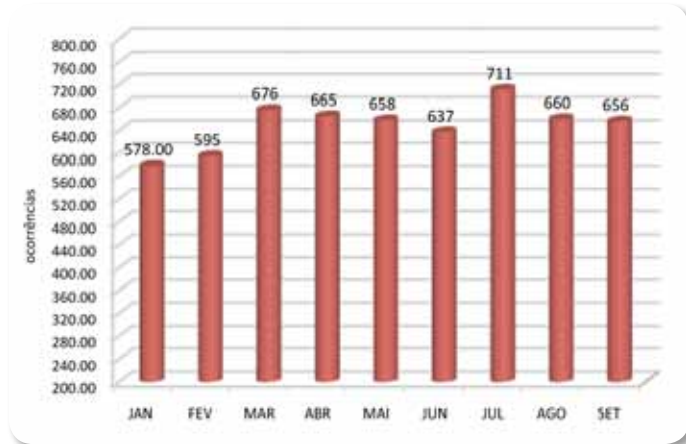
I. INTRODUÇÃO

As empresas brasileiras não possuem a prática de formalizarem seu gerenciamento de riscos no transporte rodoviário. Diante dessa constatação, tais organizações e seus profissionais precisam criar e implantar planos eficientes, adaptando-se às mudanças rápidas que acontecem no mundo globalizado para essa nova realidade de mercado.

Este artigo pretende oferecer subsídios suficientes para as firmas de logística, que realizam transporte rodoviário e para seus executivos / tomadores de decisão, planejarem um gerenciamento de riscos baseado em modelos já existentes e comprovadamente eficientes. Dessa forma, será possível transformar a incerteza total em uma incerteza parcial e controlada, gerando valor agregado para empresa e negócios, reduzindo a exposição aos riscos pertinentes a esses e criando um diferencial competitivo no mundo empresarial.

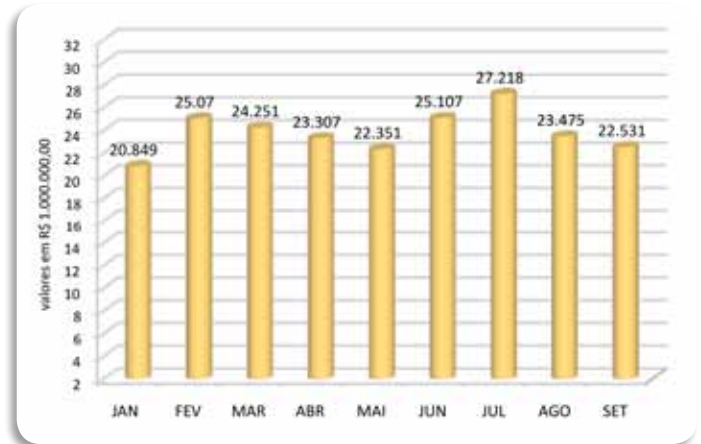
Pelos gráficos apresentados podemos notar a importância do assunto, não só pela quantidade de ocorrências nos três primeiros semestres do ano de 2009 no Estado de São Paulo, com um total de 5.836 ocorrências (gráfico 01), mas também, pelos valores astronômicos envolvidos na modalidade criminosa, mais de R\$ 214 milhões de reais (gráfico 02).

Gráfico 01 | Roubo de Cargas - Jan a Set / 2009 - Ocorrências Acumulado / 2009 - 5.836 ocorrências



Fonte: SSP/SP e SETCESP/FETCESP, Novembro 2009.

Gráfico 02 | Roubo de Cargas - Jan a Set / 2009 - Valores Acumulado / 2009 - R\$ 214,154 Milhões



Fonte: SSP/SP e SETCESP/FETCESP, Novembro 2009.

Para que possamos entender a dinâmica dos acontecimentos, com todos os fatores facilitadores envolvidos e assim elaborarmos um gerenciamento de riscos embasado em um cenário real, devemos antes compreender o significado da palavra risco.

2. RISCO

A palavra deriva do italiano antigo “risicare”, que significa “ousar”, neste sentido o risco é uma opção e não um destino, é das ações que ousamos tomar de acordo com nosso grau de sucesso ou fracasso, é a nossa liberdade de opção e traça a nossa história sobre o que assumimos ou o que deixamos de assumir (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Log%C3%ADstica>, 15 de junho de 2009).

Todos nós tomamos decisões em determinados momentos de nossas vidas, que terão reflexos positivos ou negativos no futuro, seja no ambiente familiar ou no profissional. Algumas dessas decisões são baseadas em simples sensações ou fortes emoções, outras são pautadas em dados, poucos ou muitos, que podem ser coletados especificamente

para determinados assuntos ou simplesmente chega até nós por mero acaso.

A maioria das grandes decisões seria inviável sem essa coleta de dados, que nada mais é que uma amostragem de um determinado universo, a qual é essencial para a tomada de decisões e enfrentamento do risco, com conhecimento de causa e efeito, mitigando assim suas consequências (Slywotzky, 2007, pág. 25).

O simples fato de uma atividade existir já abre a possibilidade da ocorrência de vários eventos ou de uma combinação desses, cujas consequências constituem oportunidades para obter vantagens ou ameaças ao nosso negócio e ao nosso sucesso.

Se tudo for somente uma questão de sorte, então a administração do risco será um exercício sem sentido, relegado ao acaso, porém, invocar a sorte obscurece a verdade, separando um evento de sua causa raiz. Enquanto não conseguirmos distinguir um acontecimento realmente aleatório de outro, resultante de causa e efeito, jamais saberemos o que obteremos.

A ciência da administração do risco consiste em maximizar as áreas onde temos certo controle sobre o resultado, enquanto minimizamos as áreas onde não temos absolutamente nenhum controle sobre esse e onde o vínculo entre causa e efeito está oculto para nós. É difícil encontrar uma causa onde não parece haver nenhuma, não podemos atribuir uma causa específica a um resultado quando, na verdade, apenas as leis da probabilidade estão em ação. Na falta de informações, temos de recorrer aos raciocínios indutivos e tentar adivinhar as chances, há uma relação entre a evidência e o evento considerado, mas não necessariamente mensurável.

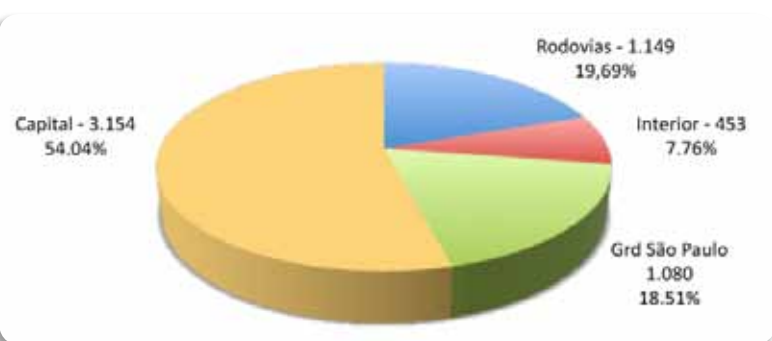
O raciocínio indutivo leva-nos a certas conclusões curiosas, ao tentarmos enfrentar as incertezas com que nos deparamos e os riscos que assumimos. Por que entramos num jogo para perder? Apostamos porque estamos dispostos a aceitar a alta probabilidade de uma perda pequena na esperança de que a baixa probabilidade de ganhar muito dinheiro nos favorecerá. Para a maioria das pessoas, de qualquer modo, apostar é mais um entretenimento do que um risco. (Bernstein, 1998, pág. 37 - 40).

Consequentemente, o número de riscos contra os quais podemos nos segurar é bem inferior ao número dos que corremos no decorrer da nossa vida. Enfrentamos a possibilidade de em algum momento fazer a opção errada e nos arrependermos por isso. Nos negócios selamos um acordo assinando um contrato ou dando

as mãos, essa formalidade prescreve nossa conduta futura, ainda que as condições mudem a ponto de desejarmos ter feito um acordo diferente.

Nessa linha de raciocínio, algumas pessoas protegem-se dos resultados incertos de outras formas, elas contratam um serviço de limusines para evitar a incerteza de andar de táxi ou de ônibus, outras possuem sistemas de alarmes instalados em suas residências, para reduzir o risco de assaltos. No entanto, reduzir a incerteza não é barato, e nunca será reduzida a zero, já que se trata de um conceito relativo e não absoluto.

Gráfico 03 | Roubo de Cargas - Jan a Set / 2009
Estado de São Paulo - Regiões
Acumulado no ano: 5.836 ocorrências



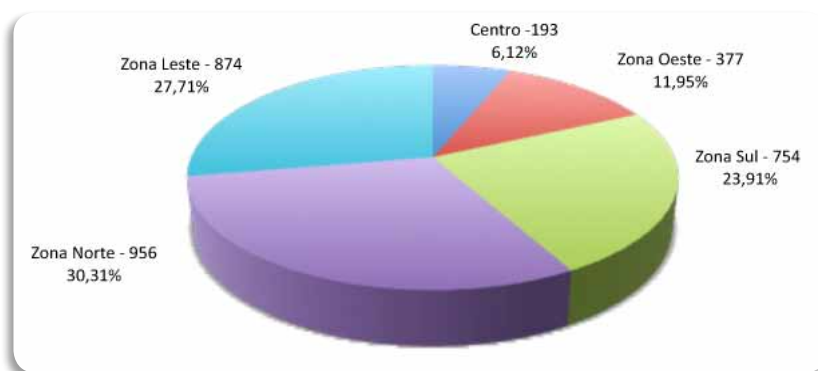
Fonte: SSP/SP e SETCESP/FETCESP, Novembro 2009.

3. ROUBO DE CARGA NA LOGÍSTICA RODOVIÁRIA

A cadeia logística é uma nova visão empresarial que direciona e aprimora o desempenho das empresas, tendo como meta reduzir o *lead time* entre o pedido, a produção, a demanda e a entrega até o consumidor final, de modo que o cliente receba seus produtos ou serviços no momento em que deseja, de modo que suas necessidades sejam atendidas.

Para que essa meta seja alcançada é necessário que a empresa possua um sistema de informação eficiente que atenda todas as suas necessidades, com todos os pormenores dos ativos da empresa. Outro fator relevante é o controle de acesso aos microcomputadores e aos diversos setores da organização, pois não podemos sinalizar o princípio da prioridade de proteção (Pozo, 2004, pág. 59).

Gráfico 04 | Roubo de Cargas - Jan a Set / 2009 São Paulo (Capital) - Locais Acumulado no ano: 3.154 ocorrências



Fonte: SSP/SP e SETCESP/FETCESP, Novembro 2009.

O transporte é considerado o elemento mais importante do custo logístico das empresas. Os modais utilizados são: rodoviário, ferroviário, aquaviário, dutoviário e aeroviário. Os critérios que as empresas utilizam para a escolha do modal são: custo, tempo médio de entrega, tempo de trânsito e sua variação, análise de risco e capacidade de transporte.

O principal problema do transporte de carga no Brasil é a distorção da matriz de transporte. Um país com dimensões continentais que deveria ter os modais ferroviários e aquaviário como os principais meios de transporte, tem no modal rodoviário a sua maioria alternativa de transporte; com um percentual de 60% da carga transportada, encarecendo sua movimentação devido às péssimas condições da nossa malha rodoviária.

É possível que a necessidade leve a empresa a utilizar mais de um modal. As principais metas para a utilização do sistema multimodais são: redução de custo total, redução de tempo de trânsito em longos percursos, redução de impacto ambiental, redução do congestionamento nas rodovias e melhora do nível de serviço.

Embora os maiores prejuízos no transporte de cargas se devam ao crime de roubo, outros riscos ou ameaças têm se revelado importantes, tais como: apropriação indébita, acidentes (colisão, tombamento, adernamento e deslizamento de carga), avarias (estragos ou perecimento) e contaminação ambiental por produtos químicos. Todos esses fatores são potencializados em virtude do péssimo estado de conservação da malha rodoviária do país, como já mencionado.

A realidade supracitada demonstra a importância do subsistema de rastreamento de veículos e cargas através do Global Positioning System (GPS). Ao lado desse, o subsistema de escolta armada é outra alternativa que deve ser precedida de uma avaliação criteriosa do trinômio custo x benefício x risco, tendo em vista seu custo extremamente elevado.

Esse é um dos principais motivos de preocupação e receio das transportadoras em despachar cargas para determinada região do país frente à incerteza do risco e da perda de mercadoria, do veículo e em certos casos, da própria vida de seus motoristas.

O roubo de carga é um ato caracterizado pela subtração violenta e forçada da mercadoria transportada. Essa modalidade criminosa, segundo os dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, é a que mais cresce no Brasil, afetando o desempenho do setor de transporte de

cargas, onde têm sido registradas perdas bastante consideráveis.

As más condições de conservação das nossas estradas é um dos fatores facilitadores para o roubo de cargas, pois não permitem que os veículos transportadores consigam manter uma velocidade constante, fazendo com que diminuam consideravelmente sua velocidade.

Assim, estradas mal conservadas permitem que grupos armados tomem o controle dos caminhões, devido à necessidade de redução de sua velocidade; bem como a frota fragmentada em pequenas empresas, sem programa de manutenção preventiva nos veículos, aciona vários problemas mecânicos que facilitam situações semelhantes.

Nesse cenário, as empresas estão à mercê de grupos fortemente armados, e cada vez mais organizados, que na maioria das vezes contam com informações de dentro das próprias empresas. Em muitos casos as quadrilhas já sabem o tipo de carga que o veículo transporta, seu valor total e o itinerário a ser seguido pelo caminhão, informações que, seguramente, colheram na própria transportadora, ou de motoristas insatisfeitos e desejosos de ganhos adicionais, que acabam envolvendo-se em situações ilícitas, ou de falhas no controle dessas informações.

Diante disso, o desvio e roubo de carga, está se tornando cada vez mais comum em nossas estradas, em decorrência da facilidade de abordar os motoristas e pela infidelidade de outros motoristas em troca de um montante em dinheiro, em troca de sua própria vida ou da vida de seus familiares. Uma ferramenta que ajuda a reverter esse quadro é o Gerenciamento de Risco (Ruiz, 2009, pág. 180-185).

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS

A constante busca pelo aumento da produtividade e a maior participação no mercado tem provocado a alta competitividade entre as empresas. Esse grande desafio nos dias atuais leva à busca por instrumentos cada vez mais eficazes na gestão empresarial. Nesse contexto, a Logística Empresarial se apresenta como um poderoso instrumento de competitividade e diferencial de mercado entre as empresas.

Os conceitos de *"Just in time"* e de cadeia de suprimento *"Supply Chain Management"* são uma realidade para o aumento da produtividade e competitividade. O produto certo, na hora certa, no local desejado e conforme as especificações dos clientes, são fatores que indicam a capacidade operacional da logística da empresa. A garantia disso implica no adequado controle de prevenção de perdas, em função dos riscos implícitos no transporte de cargas rodoviário.

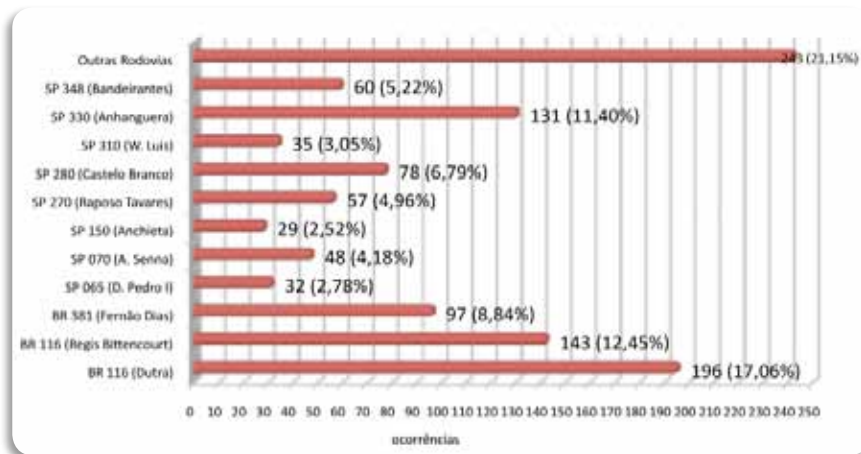
Diante das incertezas, o Gerenciamento de Riscos é o conjunto de ações que visa impedir ou minimizar as perdas que uma empresa pode sofrer tendo suas cargas roubadas, sem falar na possibilidade de perda de vidas, considerado o capital intelectual das empresas. Porém, através de



um programa de prevenção de perdas, são estudadas medidas para administrar e/ou reduzir a frequência e abrandar a severidade dos danos causados (econômicos, físicos e psicológicos).

O seguro representa apenas uma fração do custo total do risco, o objetivo das empresas é manter um processo permanente de controle e redução de todos esses custos, sendo a soma de todos os valores que a empresa disponibiliza e utiliza para obter um produto novo ou serviço, sem necessariamente ter como objetivo o lucro. Dentre os custos existentes podemos citar:

Gráfico 05 | Roubo de Cargas - Jan a Set / 2009 São Paulo - Rodovias Federais / Estaduais Acumulado no ano: 1.149 ocorrências



Fonte: SSP/SP e SETCESP/FETCESP, Novembro 2009.

A estratégia eficaz do Gerenciamento de Risco e seu financiamento envolvem toda a filosofia operacional de negócios e os próprios objetivos estratégicos da empresa. Deve ser, portanto, criar um processo integrado e contínuo, sempre objetivando proteger a empresa da exposição financeira ou de gastos desnecessários (Brasiliano, Análise de riscos corporativos 2006, pág. 148 e 149).

Nenhuma estratégia de Gerenciamento dos Riscos será eficaz se não estiver focada no que se chama de custo total de risco. É de fundamental importância a determinação desse custo, bem como o monitoramento e controle dos elementos que o compõem, tais como despesas com seguros, franquias, perdas não seguradas, custos de prevenção e combate a contingências. (Brasiliano, Manual de Planejamento: Gestão de Riscos Corporativos, 2003, pág. 41 a 52).

1. Custos fixos: É soma de todos os fatores fixos de produção. Independente do nível de atividade da empresa, ou seja, produzindo-se ou vendendo-se em qualquer quantidade, os custos fixos existirão e serão os mesmos, não sofrendo alteração.
2. Custos semifixos: É o custo que varia de acordo com a quantidade de unidades produzidas, mas não diretamente, aumenta ou diminui conforme a necessidade de um maior ou menor manutenção da produção industrial ou de serviços;
3. Custos variáveis: é a soma dos fatores variáveis de produção. Custos que mudam de acordo com a produção ou a quantidade de trabalho, exemplos incluem o custo de materiais, suprimentos e salários da equipe de trabalho;
4. Custos evitáveis: São aqueles decorrentes, na verdade, da não qualidade e que podem ser eliminados. São os custos relativos aos desperdícios que ocorrem diariamente na empresa em função da má-qualidade da mão de obra;
5. Custos de oportunidade: Representa o valor sacrificado pela empresa em termos de remuneração, ao tomar a decisão de aplicar seus recursos

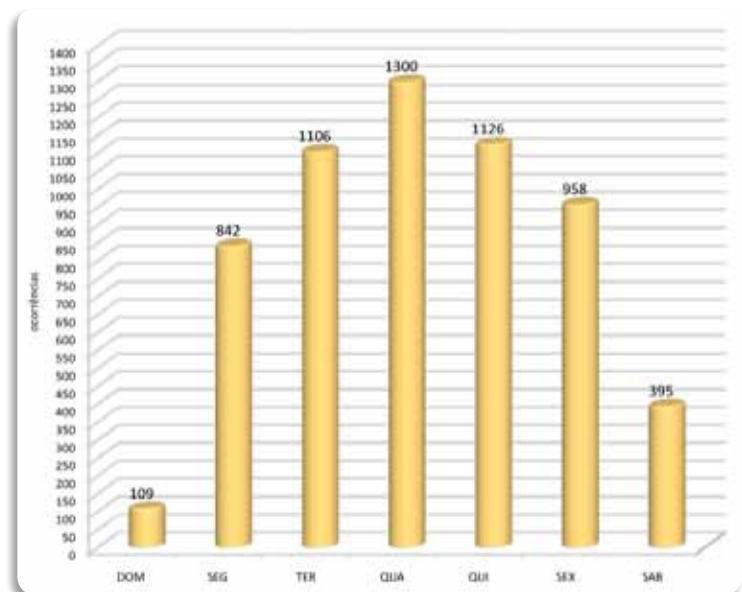
em determinada alternativa ao invés de aplicar em outra, capaz de proporcionar maior benefício, refere-se também, ao valor líquido de caixa perdido quando se optou por uma alternativa em detrimento de outra;

6. Custos de qualidade: São os custos associados com a obtenção e manutenção da qualidade em uma organização, tanto em manufatura quanto em serviços;
7. Custos de prevenção: são todos os custos incorridos para evitar que falhas aconteçam. Tais custos têm como objetivo controlar a qualidade dos produtos, de forma a evitar gastos provenientes de erros no sistema produtivo;
8. Custos de avaliação: São os custos necessários para avaliar a qualidade do produto pela primeira vez e assim, detectar falhas e inconsistências antes que o produto seja posto no mercado;
9. Custos de falhas internas: Os custos das falhas internas são todos aqueles incorridos devido a algum erro do processo produtivo, seja ele falha humana ou falha mecânica;
10. Custos de falhas externas: Os custos de falhas externas são

aqueles decorrentes de falhas no produto ou serviço quando estes se encontram no mercado e/ou são adquiridos pelo consumidor final. Falhas externas ocasionam grandes perdas em custos intangíveis, como destruição da imagem e credibilidade da empresa;

11. Custos perdidos: São valores já gastos no período, e que, mesmo que ainda não sejam contabilizados totalmente como custos, o serão no futuro;

Gráfico 06 | Roubo de Cargas - Jan a Set / 2009 Dias da semana Acumulado no ano: 5.836 ocorrências



Fonte: SSP/SP e SETCESP/FETCESP, Novembro 2009.

12. Custos ambientais: É apenas um subconjunto de um universo mais vasto de custos necessários a uma adequada tomada de decisões;
13. Custos "out-off-pocket": São os custos que aparecem quando a empresa opta por fazer reformas internas que exijam a compra de matérias e a contratação de mão de obra, ou quando uma área da

empresa é preparada para a utilização para outra função daquele que era usada anteriormente (Ruiz, 2009, pág. 69 – 73);

5 PLANEJAMENTO

O Gerenciamento de Riscos pressupõe um planejamento estratégico entre a alta direção da empresa e a área de segurança, possuindo alguns fatores críticos de sucesso:

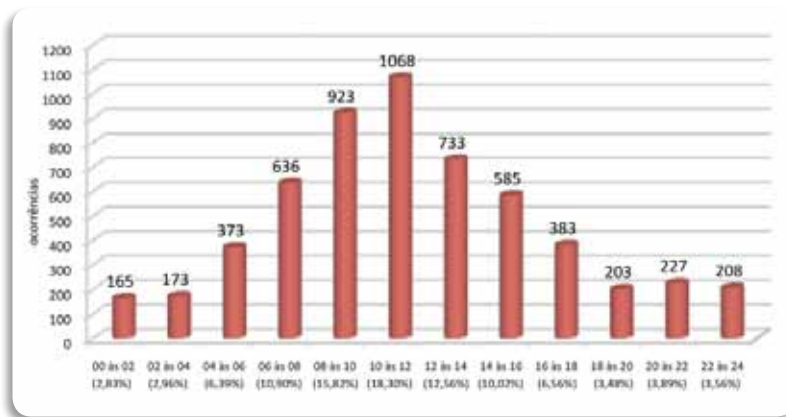
5.1 Identificação de riscos: Levantamento feito através das características da operação de logística, sendo identificados e apontados.

- Análise de riscos: É verificada a frequência das rotas, mix de cargas, pontos de maior probabilidade de sofrer perdas, entre outros.

Gráfico 07 | Roubo de Cargas - Jan a Set / 2009 Honorários

Acumulado no ano: 5.836 ocorrências

Horário Ignorado = 159 ocorrências (2,73%)



Fonte: SSP/SP e SETCESP/FETCESP, Novembro 2009.

Além disso, a estratégia do plano de Gerenciamento de Risco a ser implantado tem que focar o ativo humano da empresa, com atenção especial para os envolvidos diretamente no transporte das mercadorias, equipes de escolta, se for o caso, e também nas equipes de pronta resposta das organizações policiais, se for necessário.

Não podemos esquecer ainda, que o Gerenciamento de Risco é composto por diversas ferramentas de segurança e tem por objetivo apresentar uma solução integrada para a empresa, com diminuição real e imediata das perdas até que se possa atingir o índice zero de sinistro ou aceitável para a empresa (Brasiliano, Metodologia para a Identificação de Riscos Estratégicos, revista Proteger 2004, pág. 25 e 26).

6 FERRAMENTAS

Para obter os resultados desejados, o Gerenciamento de Riscos lança mão de algumas ferramentas combinadas entre si ou isoladas, conforme a necessidade do projeto. Essas ferramentas são a combinação da tecnologia empregada na segurança com o homem através de um processo organizacional, ou seja, normas e procedimentos. São ferramentas utilizadas no processo de Gerenciamento de Risco:

- Rastreamento da frota: Atividade que experimenta um crescimento muito forte, ainda que com a liderança de mercado concentrada na tecnologia de transmissão dos dados via satélite; bem como os modelos de rastreadores e bloqueadores que utilizam o sistema híbrido (GPS ou não, radiocomunicação combinado com a telefonia celular digital);
- Acompanhamento via fone: Monitoramento realizado através de ligações efetuadas pelos motoristas em postos de controle avançados no eixo rodoviário. Nesse ponto existe um preposto da empresa para efetuar o controle e acionar o plano de contingência, se for o caso;
- Escolta armada: Uma das mais onerosas ferramentas tendo em



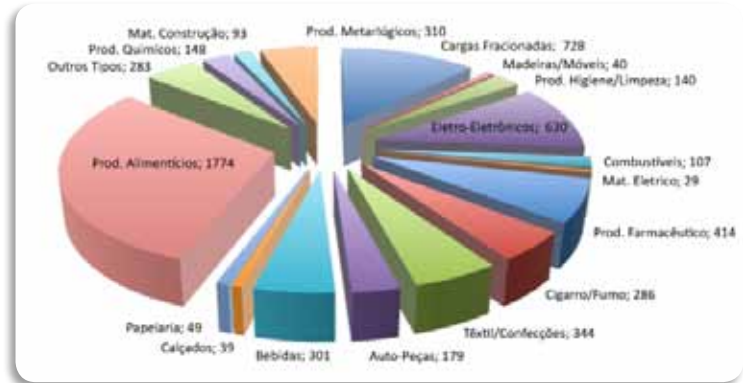
vista que lança mão do recurso humano como parte fundamental no processo de segurança, apoiado, na maioria das vezes, por um dos sistemas de localização citados anteriormente. Utilizada tanto no perímetro urbano como em rodovias, conforme a necessidade de proteção face ao valor agregado. Justifica-se o emprego da ferramenta nas cargas de alto risco associada à inexistência de tecnologia embarcada nos caminhões ou carretas;

- Pesquisa sócio-econômica e criminal: Consiste no levantamento da vida econômica, das referências sociais e do passado criminal do motorista, ajudante, ou qualquer outro integrante do processo de transporte e logística. As estatísticas comprovam que somente a implementação dessa ferramenta reduz em média, 30% do volume de roubo de carga numa operação de logística.
- A ferramenta visa evitar “o golpe”, ou seja, o motorista ou equipe entregam a carga ao receptor, que paga em média 50% do valor de nota fiscal, simulando o roubo. Há casos em que até transportadores ou embarcadores não idôneos beneficiam-se duplamente desta fraude, pois recebem o montante relativo à perda da sua seguradora e ganham com a revenda do produto fraudado.
- Golpes dessa natureza são comuns em proprietários de caminhões com dívidas. Além de beneficiarem-se do valor do produto fraudado, pagam alguém para atravessar o caminhão para um país vizinho (Bolívia, por exemplo) vendem-no por um custo menor que o valor venal, dá-se a queixa de roubo, livram-se da dívida e ainda terminam com um pequeno lucro; Operação presença: Consiste na presença física de um representante da empresa contratada para prestar o serviço dentro das instalações do contratante;
- Treinamento “in loco”: Consiste na atividade sistêmica de treinamento de toda equipe envolvida com o processo de logística, principalmente dos motoristas e ajudantes, cujos treinamentos são feitos a cada viagem antes do início dessa. Esses treinamentos são denominados “briefing” com os motoristas e ajudantes, os quais poderão ser em grupo. Porém, para tal, deverão ser adequados à realidade da operação do embarcador para não engessá-la;
- Endomarketing: Ferramenta que visa sensibilizar todo o público interno no embarcador e transportador para a importância da atividade de Gerenciamento de Riscos como ferramenta fundamental para garantir a continuidade do seu negócio e consequentemente a sobrevivência dentro de um cenário altamente competitivo;



- Normas e procedimentos: Documentação que regula a atividade de Gerenciamento de Riscos. As normas contêm todas as exigências impostas pela seguradora. Serve também para regular o processo de auditoria e controle da execução do projeto de Gerenciamento de Risco;
- Formação de comboio: Consiste na formação de um conjunto organizado de veículos, formando uma única coluna de deslocamento, cujo ponto de origem e ponto de destino é comum a todos, criando assim, uma resistência e consistência muito maior do que em veículos isolados. É muito mais fácil o roubo de um único veículo, do que vários veículos;
- Segregação da informação: Consiste no ato de regular o fluxo de informações dentro do processo de logística (notas fiscais, pedidos de faturamento, romaneios de embarque, controles de baixa em estoques, relatórios de auditoria interna, controle na balança, entre outros) dividindo e fracionando as informações com a finalidade de evitar a fuga voluntária ou não. Vale lembrar que a informação é extremamente valiosa para a prática delituosa de roubo de carga.

Gráfico 08 | Roubo de Cargas - Jan a Set / 2009
Tipos de Carga (Incidência por tipo)
Acumulado no ano: 5.836 ocorrências



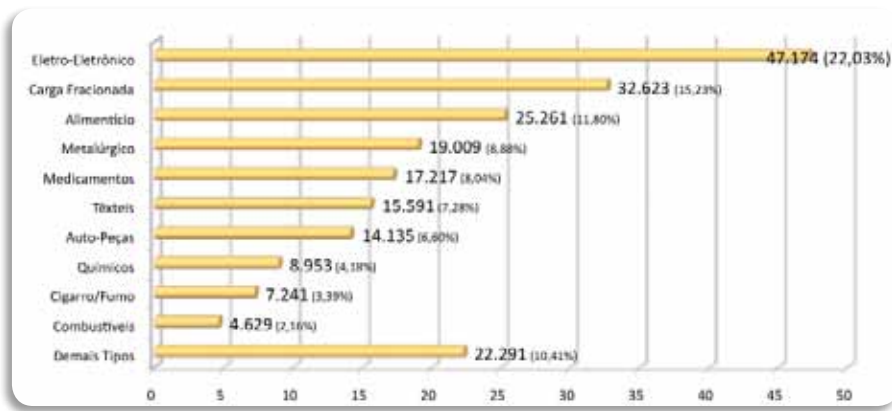
Fonte: SSP/SP e SETCESP/FETCESP, Novembro 2009.

- Serviço de investigação: Trabalho preventivo e corretivo que visa identificar os autores do crime. É uma atuação constante e altamente responsável pela redução do crime de roubo de carga e principalmente pela sua recuperação (<http://www.brasiliano.com.br/blog/?p=194>, 15 de junho de 2009).

7 ASPECTOS RELEVANTES

Para que haja uma ampla visão de todos os fatores que possam influenciar no processo de Gerenciamento de Riscos, aconselha-se que a prestação do serviço seja realizada por uma empresa especializada, ou seja, que não esteja vinculada à seguradora ou à própria empresa. A independência é a peça-chave para o sucesso de toda operação. As vantagens para a empresa contratante são inúmeras, como por exemplo:

**ráfico 08 | Roubo de Cargas - Jan a Set / 2009 Tipos de Carga mais visadas
Em R\$ milhões - Acumulado ao ano**



Fonte: SSP/SP e SETCESP/FETCESP, Novembro 2009.

- Contratação de seguros adequados, com maior poder de negociação;
- Redução de riscos com consequente redução de prêmios;
- Bens e vidas humanas preservados;
- Manutenção do fluxo produtivo;
- Permanência da empresa no mercado;
- Garantia de abastecimento com aumento de produtividade e competitividade;
- Viabilização das carteiras de seguro no transporte rodoviário de cargas.

A perfeita união entre as ferramentas do Gerenciamento de Riscos e os aspectos relevantes acima mencionados irá garantir a redução dos sinistros envolvendo roubo de carga no transporte rodoviário, porém, esse processo precisa ser contínuo, com constante identificação da exposição, medição, análise, controle, avaliação e financiamento. A alta direção da empresa precisa estar comprometida com todo o processo e implementação do Gerenciamento de Riscos.

8 CONCLUSÃO

O Gerenciamento de Riscos no transporte rodoviário de cargas é hoje uma ferramenta vital para o embarcador e transportador, visando reduzindo os riscos operacionais. Diante disso, precisamos entender a dinâmica dos fatores facilitadores e quais são os fatores motrizes e dependentes, para assim, otimizarmos a exposição dos riscos conhecidos e dos desconhecidos, mapeando e medindo todos, com o envolvimento de toda a empresa; esse gerenciamento deve possuir um perfeito equilíbrio entre foco do negócio (disponibilidade e desempenho) x objetivos do negócio (planejamento estratégico) x foco em segurança (controles), criando assim condições para um crescimento sustentado para a empresa, reduzindo a probabilidade de prejuízos financeiros.

Diante de todos os fatos apresentados neste trabalho, alicerçado nos gráficos 08 e 09 (páginas 15 e 16), podemos perceber de forma irrefutável a importância e a diferença que um consistente Gerenciamento de Riscos pode fazer para as empresas, ou seja, cabe ressaltar, que em valores acumulados neste período, esta prática delituosa acumulou para as empresas um prejuízo superior a R\$ 214 milhões de reais.

Comparando com o mesmo período do ano anterior, chegamos as seguintes constatações:

- Registrou-se um aumento significativo tanto em ocorrências (16,96%) como em prejuízos (22,59%), em relação à média mensal do ano anterior.
- Quanto à localização das ocorrências, o roubo de cargas está altamente concentrado (82,0%)

na Capital e demais Municípios da Região Metropolitana

Esses números são compreendidos e justificados devido ao alto valor agregado dos produtos transportados, bem como, sua atratividade e rápida liquidez nos mercados paralelos, que são abastecidos por este tipo de modalidade criminosa.

As empresas de logística que transportam produtos dentro do Estado de São Paulo não podem deixar de possuir um Gerenciamento de Riscos planejado e formalizado, com todas as ferramentas aqui apresentadas, reduzindo assim a incerteza do risco, para que não engrossem as próximas estatísticas.

9. GLOSSÁRIO

Adernamento: Processo ou efeito de adernar (deslocamento da carga,).

Avarias: Qualquer dano, deterioração ou desgaste que ocorra a algo.

Briefing: Conjunto de informações passadas em uma reunião para o desenvolvimento de um trabalho, sendo muito utilizadas em Administração.

Colisão: Ato ou efeito de colidir.

Contaminação ambiental: Transmissão de germes nocivos ou de doença infecciosa ao meio ambiente.

Deslizamento de carga: Deslocamento de uma porção da camada superior da carga.

Espera: Local próprio para se esperar alguém ou alguma coisa.

Estrago: Deterioração, processo de destruição, apodrecimento.

Falhas do fornecedor: falta de perfeição; defeito ou erro do fornecedor.

Fatores críticos de sucesso: como condições ou variáveis que, caso não sejam

devidamente gerenciadas, podem causar um impacto significativo sobre o sucesso de uma empresa, considerando seu ambiente de atuação.

Fatores dependentes: São aqueles que dependem de outras circunstâncias para sua concretização e estão dentro da área de atuação da empresa.

Fatores motrizes: São aqueles que acontecem independentemente da atuação de outros fatores, estão fora do âmbito da empresa.

Logística:

Conceito militar: Organização teórica da disposição, do transporte e do abastecimento de tropas em operação militar;

Conceito empresarial: Planejamento, implementação e controle eficiente e eficaz do fluxo e armazenagem de mercadorias, serviços e informações desde o ponto de origem até o ponto de consumo com o objetivo de atender às necessidades do cliente.

Parada: Fim ou termo do movimento de alguma coisa, especialmente da corrida.

Perecimento: Coisa ou direito que deixa de existir por perda, destruição ou extinção.

Planejamento estratégico: Processo gerencial contínuo e sistemático, que diz respeito à formulação de objetivos para a seleção de programas de ação e para sua execução, levando em conta as condições internas e externas à empresa e sua evolução esperada.

Rework ou retrabalho: refazer um determinado trabalho devido à má qualidade em sua execução.

Refugo: Posto de lado, refugado; resto.

Reteste: Recolocar a prova, resubmeter a avaliação.

Segregar: Separar com o objetivo de isolar, de evitar contato; desligar, desunir, desmembrar.

Tombamento: Ato ou efeito de tombar, deitar por terra; fazer cair; derrubar.

FETCESP: Federação das empresas de transporte de carga dentro do Estado de São Paulo

10. REFERÊNCIAS

Livros:

BERNSTEIN, Peter L. Desafio aos Deuses: A fascinante História do Risco. Rio de Janeiro: Campus, 1997;

BRASILIANO, Antonio Celso Ribeiro. Manual de Planejamento: Gestão de Riscos Corporativos. São Paulo: Sicurezza, 2003.

BRASILIANO, Antonio Celso Ribeiro. Análise de riscos corporativos, método Brasileiro. São Paulo: Sicurezza, 2006.

POZO, Hamilton, Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: Atlas; São Paulo, 2004;

RUIZ, Rodrigo Hernan Gonzalez; Logística de Exportação: Trevisan; São Paulo, 2009;

SLYWOTZKY, Adrian. Do risco a oportunidade, as 7 estratégias para transformar ameaças em fatores de crescimento. São Paulo: Campus, 2007;

Revista eletrônica

BRASILIANO, Antonio Celso Ribeiro. Metodologia para a Identificação de Riscos Estratégicos, Revista Proteger, número 45, abril/maio 2004.

Sites:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Log%C3%ADstica>, acessado em 15 de Setembro de 2009.

<http://www.brasiliano.com.br/blog/?p=194>, acessado em 30 de Setembro de 2009.

http://www.setcesp.org.br/arquivos/seguranca/Jan_Jun2009.pdf, acessado em 10 de Outubro de 2009.

João Carlos da Silva

Coordenador de Segurança e Prevenção a Fraudes da
TECBAN – Tecnologia Bancária S.A

sumário

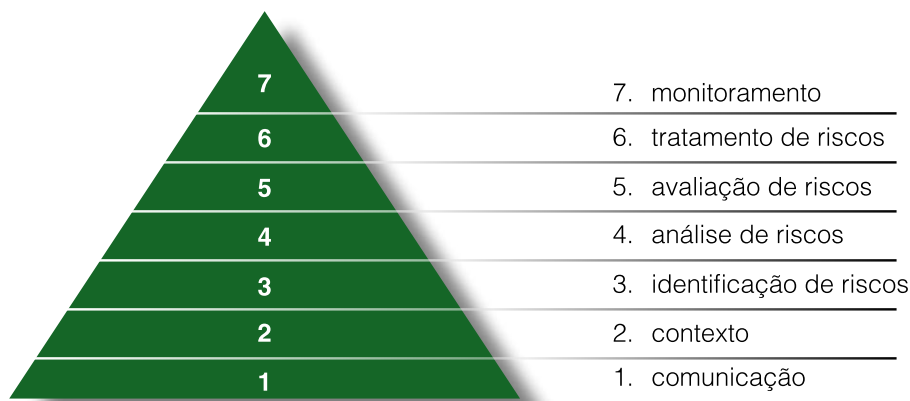


Serviços de Consultoria **Plano de Gestão de Riscos Corporativos - PGRC**

Sua empresa conhece o TAMANHO de seus riscos??

Um PGRC é um processo estruturado para que a empresa possa identificar eventos que expõem os objetivos da organização.

O processo de Gestão de Riscos, hoje é estruturado com base na futura ISO 31000.



A Brasileiro pode ajudar você a elaborar seu plano de PGRC
Consulte – nos!!!!

informações | 11 5531-6171
| www.brasiliano.com.br
| info@brasiliano.com.br



ACONTECE

na *Brasiliano*

Mariana Fernandez

SEMINÁRIO DA FEBRABAN



A Brasiliano & Associados participou do Seminário de Segurança Bancária realizado pela Febraban – Federação Brasileira de Bancos, no último dia 10 de março em Porto Alegre.

*Antonio Celso Ribeiro Brasiliano, Diretor-Executivo da Brasiliano & Associados, palestrou sobre **Integração de Ações de Segurança**, na última palestra antes do encerramento do evento, que contou com profissionais de empresas como: Banco do Brasil, Banco Santander e HSBC.*

O Doutor em Inteligência Estratégica pela Université East Paris – Marne La Vallée, conduziu sua palestra apresentando: a B&A, o conceito de Gestão de Riscos, o contexto em que a ISO 31000 foi elaborada, o consenso entre países, o framework da norma e a conclusão do assunto.

Através de conceituação detalhada baseada em exemplos práticos, a palestra embasada na metodologia Brasiliano de gestão e análise de riscos alinhada ao framework da norma, foi muito aplaudida pelos presentes.



Profissionais importantes ligados à área de segurança pública também se fizeram ouvir no evento como o Ministro da Defesa Nelson Jobim.

A Febraban – Federação Brasileira de Bancos realiza mais de 40 eventos por ano, dos quais participam cerca de 23 mil pessoas.

NOITES DE AUTÓGRAFOS

Mais de duzentos convidados prestigiaram os autores Ana Maria Ribeiro, Elisandro Longo e Antonio Celso Ribeiro Brasileiro na noite de autógrafos de seus últimos títulos, no dia 11 de março.

O evento lançou as obras: **Gestão de Risco Operacional: para um sistema de abastecimento de água, Guia prático para a elaboração de fluxograma** e **Gestão de Risco Corporativo – Método Brasileiro Avançado**.

Os autores André Zanetic e Túlio Kahn também ficaram muito felizes em receber seus convidados no último dia 23, na noite de autógrafos de seus livros **A Questão da Segurança Privada** e **As Formas do Crime**, respectivamente. O evento contou com mais de cento e cinquenta presentes.



As celebrações tiveram lugar na Livraria Cultura do Shopping Villa Lobos e lançaram títulos da Sicurezza Editora.

Veja abaixo o depoimento de alguns dos autores sobre os eventos:

Ana Maria Ribeiro (Gerenciamento de Risco Operacional: para um sistema de abastecimento de água, Sicurezza, 2009)

“Fiquei muito feliz com o acontecimento!”

Compareceram amigos de cada etapa da minha carreira acadêmica, desde o meu primeiro curso universitário, o que me remeteu a muitas lembranças da difícil trajetória até a chegada àquele momento de tanta glória.

Fiquei muito feliz com a presença de meus amigos da Sabesp, pessoas muito especiais, que além de mostrarem o reconhecimento profissional e prestígio, brindaram comigo mais uma vitória na escalada da minha vida profissional.

Na ocasião recebi muitos convites de empresas de engenharia, associações, universidades, para fazer outras noites de autógrafos, palestras, consultorias, ministrar cursos, o que me causou orgulho e satisfação.

Um dos momentos mais emocionantes foi quando vi o meu pai chegando e vindo na minha direção. Não pude conter minhas lágrimas de emoção, que foram amenizadas por um longo abraço de pai e filha. Quando eu mostrei o livro ao meu pai, focando o sobrenome “Ribeiro”, herdado e gravado para a eternidade, percebi nossas emoções.

O lançamento deste livro é uma excelente oportunidade de divulgação do meu trabalho, e ao mesmo tempo de troca de experiências com outros profissionais que atuam no tema.

Dessa forma, fico muito agradecida ao Brasileiro e à Enza pela excelente oportunidade.”

André Zanetic (A Questão da Segurança Privada, Sicurezza, 2009)

“Achei que o evento foi muito bom e supriu inteiramente as expectativas. A Livraria Cultura é um lugar muito agradável para se fazer o lançamento de um livro, eles proporcionam as condições para que esse momento seja prazeroso tanto para os autores quanto para os convidados. Para mim, foi muito bom ver que vários dos meus convidados compareceram, entre amigos, familiares e profissionais da área da segurança.



O evento foi também muito especial por ter sido o lançamento de meu primeiro livro (de outros que, acredito, deverão vir no futuro próximo). Além de um bom começo foi uma ótima oportunidade para ampliar a divulgação do trabalho que venho realizando na área.”

Elisandro Longo (Guia prático para a elaboração de fluxograma, Sicurezza, 2009)



“Adorei o evento! Dentro das minhas expectativas. Local agradável, tudo bem documentado através de fotos pela equipe Brasileiro.

Todas as pessoas especiais que enviei o convite compareceram, inclusive diretores de empresas. Excelente para meu network. No evento recebi, inclusive, propostas para a realização de palestras sobre o tema do livro.

O lançamento significa muito para minha carreira profissional, pois me proporciona notoriedade no mercado de GR e possibilita abertura de novos mercados, além de carreira acadêmica.”

Túlio Kahn (As Formas do Crime, Sicurezza, 2009)

“É o terceiro livro que lanço pela Sicurezza Editora, após Cidades Blindadas e Velha e Nova Polícia, mas a emoção de receber a família, os amigos e os colegas da área da Segurança Pública e Privada é cada vez maior.

Trabalhar divulgando o conhecimento das áreas da criminologia e da ciência política, nas quais venho trabalhando e me dedicando em pesquisas por toda minha carreira, é um presente para mim. Foi mais uma conquista celebrada numa noite muito especial. Desejo que mais eventos como este façam parte da minha vida”.



sumário)

Repressão x Prevenção: Um novo paradigma

Armando Nascimento

O modelo brasileiro é comprovadamente ineficiente e ineficaz no quesito estratégia para conter a violência. São Paulo e Rio de Janeiro divulgaram os dados da violência nos respectivos estados. Os dados são relativos a 2008 e 2009, o Rio apresenta uma queda, mesmo com 34,6 assassinatos para cada 100 mil habitantes, e São Paulo teve uma alta, com 10,9 assassinatos para cada 100 mil habitantes.

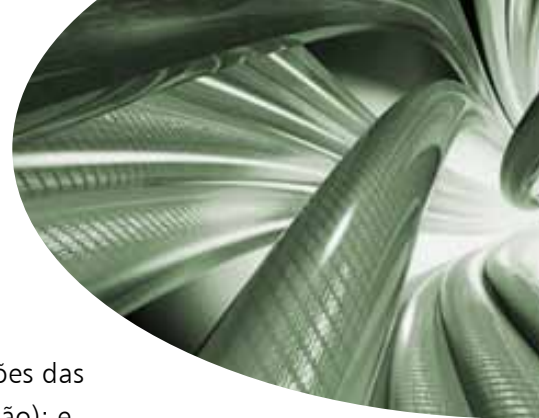
A cidade de Seattle, nos Estados Unidos apresenta um índice de 3,5 assassinatos para cada 100 mil habitantes. Esse índice em comparação com o brasileiro, mesmo sem incluir Recife e outras cidades, deixa claro que estamos vivendo uma epidemia no Brasil.

Há bastante tempo o paradigma desenvolvido por George Kelling e James Wilson, “teoria das janelas quebradas”, figurava como uma tecnologia de ruptura para o Brasil no nível de modelo para o combate à violência, uma vez que a tecnologia sustentada brasileira é ineficiente e ineficaz por produzir uma situação de segurança e não um estado.

O resultado brasileiro difere do conceito adotado por especialistas de segurança de todo o mundo, quando concordam que uma boa definição de segurança pode ser “conjunto de medidas, capazes de gerar um estado, no qual os interesses vitais de uma sociedade estejam livres de danos, interferências e perturbações”. A segurança brasileira é sempre localizada e passageira, enquanto nos países que adotam o conceito correto de segurança ela é sempre abrangente e permanente.

A prova da aplicação do conceito correto de segurança, é a busca por novas tecnologias que irão romper com as tecnologias sustentadas, a cidade de Seattle rompe com o modelo de Kelling e Wilson, adotando a tecnologia de dois especialistas em violência Gary Slutkin - médico da Universidade de Illinois e o criminologista David Kennedy – diretor do Centro para Prevenção e Controle do Crime, da Univesidade de Nova York.

Slutkin trata a criminalidade como uma doença contagiosa e Kennedy defende a imediata ação da polícia, seja em nível operacional como educativo.



A novidade do modelo Slutkin e Kennedy em relação ao modelo de Kelling e Wilson, é que além de consertar a “janela quebrada” com rapidez, é necessário convencer o criminoso a não quebrá-la. Esse convencimento é desenvolvido a partir do paradigma de que o conhecimento é um novo fator de produção, conforme ensina Davenport e Prusak, (1999. p.61)

“Conhecimento é uma mistura fluída de experiência condensada, valores, informação contextual e *insight* experimentado, o qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações”, visando a descoberta de um modelo para o Brasil a partir das técnicas da Inteligência Artificial (Sistema Especialista – Raciocínio Baseado em Casos – Rede Neural Artificial e Algoritmo Genético).

Para se descobrir um modelo coadunado com a realidade brasileira e conectado com o novo modelo de sociedade globalizada, na qual saímos de uma sociedade industrial

para uma sociedade do conhecimento, o conhecimento tem por função:

- Transformar dados em informações (por interpretação);
- Derivar novas informações das existentes (por elaboração); e
- Adquirir novo conhecimento (pelo aprendizado).

A partir dessa nova visão, para entrarmos na sociedade do conhecimento, devemos investir em: educação, rede e cooperação.

As organizações policiais necessitam de um novo profissional: o policial do conhecimento para apoiar a gestão do conhecimento dentro do novo papel do Estado, o de apoiar a construção das bases para o desenvolvimento sustentável, promovendo as condições ambientais, econômicas e sociais que possibilitem a criação de um contexto favorável à inovação e ao crescimento do ser humano.

Armando Nascimento

Mestre em Administração Pública (UFPE), Especialista em Estratégia, Especialista em Recursos Humanos (UFPE). Pesquisador do Núcleo de Instituições Coercitiva e Criminalidade (UFPE), Coordenador da Comissão Interna de Supervisão (UFPE) e Diretor de Segurança Institucional (UFPE).

sumário



Educação para a Gestão da Mobilização e Segurança Nacional

Lícia Mendes

RESUMO

O presente artigo busca alertar a sociedade e o governo da importância do conhecimento e do preparo do cidadão brasileiro para o civismo e patriotismo. Tal deve ocorrer dentro do sistema educacional, visando ao desenvolvimento e à prática destes atributos em seu dia-a-dia e em situação iminente da necessidade de uma mobilização nacional. Realizado após pesquisas bibliográficas, com o objetivo de identificar a importância e o grau de influência de uma população consciente e motivada por esses sentimentos. Foi elaborado para constatar que em situação de iminência de uma mobilização nacional, o cidadão consciente e envolvido por esses sentimentos passa a ser fundamental para a Segurança Nacional dentro de sua aplicabilidade sempre norteada em um planejamento estratégico adequado em abrangência e temporalidade.

Palavras-Chave: Educação; Sociedade; Civismo; Patriotismo; Mobilização Nacional.

I. INTRODUÇÃO

O presente artigo busca alertar e mostrar a importância da inclusão da disciplina Educação Moral e Cívica – EMC, no currículo escolar da educação básica, objetivando o conhecimento e o preparo do cidadão brasileiro para o civismo e patriotismo.

Segundo o “Dicionário da Língua Portuguesa”, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, civismo é a “devoção ao interesse público; patriotismo” e educação é “o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual ou moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social” e “Conhecimento e prática dos usos de sociedade; civilidade.”.

O processo de educação, em um primeiro momento, começa com a família, onde há o preparo do indivíduo para o aprendizado de valores, formas e maneiras de julgamento do certo e do errado, o respeito ao próximo e à sociedade e à sua pátria. Ou seja, é o início da formação do ser humano, que aos poucos vai sendo preparado para a vida individual e em sociedade.

Numa segunda etapa, a escola atua na instrução da criança, fornecendo-lhe conhecimentos referentes a áreas do saber específicas. Na continuidade ao processo iniciado pela família, ela deveria educar para a vida, através da disciplina, das responsabilidades, do estímulo ao exercício da cidadania e do patriotismo, contudo, no aspecto do civismo, o processo deixa a desejar.

Com o auxílio da Sociologia, entendemos o objetivo das relações que surgem e se reproduzem, especificamente, com base na coexistência de diferentes pessoas ou grupos em uma sociedade mais ampla. Estuda-se, ainda, através daquela ciência, as instituições, as normas, as leis e os valores, conscientes ou inconscientes, que tais relações tendem a gerar no seio do grupo.

Podemos considerar uma sociedade como o conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preocupações e costumes, e que interagem entre si, constituindo uma comunidade.

A origem da palavra sociedade vem do latim “societas”, uma “associação amistosa com

outros”. Societas é derivado de “socius”, que significa “companheiro”, conceito esse intimamente relacionado àquilo que é social. Está implícito que uma sociedade e seus membros compartilham interesses mútuos ou comuns. Como tal, sociedade é muitas vezes usada como sinônimo para o coletivo de cidadãos de um país governados por instituições nacionais que lidam com o bem-estar cívico.

Com relação ao civismo, esse tende a delinear atitudes e comportamentos que os cidadãos manifestam em seu dia-a-dia, na defesa de certos valores e práticas assumidas como fundamentais para a vida coletiva, bem como para a preservação da harmonia e para a melhoria do bem-estar de todos. É o respeito aos valores, às instituições e às práticas especificamente políticas de um país.

Uma atribuição fundamental do Estado e sua prerrogativa exclusiva é a segurança nacional. Inerente à noção de Estado nacional, desde a sua origem, no século XVII, ela consiste em assegurar, em todos os lugares, a todo o momento e em todas as circunstâncias, a integridade do território, a proteção da população e a preservação dos interesses nacionais contra todo tipo de ameaça e agressão.

Para isso, se faz necessária a manutenção de um efetivo de forças armadas e a mobilização da sociedade, a implementação da defesa civil e medidas preventivas de situações de emergência definidas em lei. Também há que se manter infra-estrutura no território e se utilizar serviços de inteligência e contra-inteligência



para detectar, prevenir ou evitar espionagem ou atentados e para proteger informações confidenciais.

Em caso de mobilização, essa é considerada como o provimento de pessoas/tropas e recursos para a guerra ou situação de emergência, governamental e/ou militar, destinadas à defesa de um país ou à preparação dele para determinada ação, podendo ser completa, ou parcial.

No decorrer deste artigo, procurar-se-á demonstrar a importância do preparo do cidadão, por intermédio da educação, para a gestão da mobilização e segurança nacional.

2. EDUCAÇÃO DO BRASIL

A história da educação brasileira evolui como a chegada dos portugueses ao território do Novo Mundo, trazendo um padrão próprio da Europa. No entanto, as populações que viviam no Brasil não possuíam características próprias de um sistema educativo. Convém ressaltar que as práticas correntes entre os indígenas aqui existentes, não tinham as marcas repressivas do modelo europeu.

Os jesuítas¹, além da moral, dos costumes e da religiosidade européia, trouxeram também os métodos pedagógicos, utilizados por 210 anos, de 1549 a 1759.

Uma nova ruptura marca a história da educação no Brasil, resultante da expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal² e da

chegada da família real que, fugindo de Napoleão³ na Europa, resolve transferir o reino para o Novo Mundo.

Objetivando melhorar as condições para sua estadia no Brasil, D. João VI⁴ estabeleceu várias melhorias na então colônia criando entre outras, Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e, sua iniciativa mais marcante em termos de mudança, a Imprensa Régia. Em seguida, o Brasil foi promovido à condição de Reino Unido.

A educação continuou a ter uma importância secundária, pouco se fez por ela e muitos reclamavam de sua baixa qualidade.

Após a Proclamação da República, adotou-se o modelo político americano, baseado no sistema presidencialista. Tentaram-se várias reformas que pudessem alterar o quadro educacional, mas, se observarmos

1 A Companhia de Jesus (em latim: Societas Iesu, S. J.), cujos membros são conhecidos como jesuítas é uma ordem religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados pelo basco Íñigo López de Loyola, conhecido posteriormente como Inácio de Loyola. É hoje conhecida principalmente por seu trabalho missionário e educacional. http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_de_Jesus

2 Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, (Lisboa, 13 de Maio de 1699 — Pom-

bal, 8 de Maio de 1782) foi um nobre e estadista português. http://pt.wikipedia.org/wiki/Sebastião_José_de_Carvalho_e_Melo,_marquês_de_Pombal

3 Napoleão Bonaparte (em francês: Napoléon Bonaparte, nascido Napoleone di Buonaparte; Ajaccio, 15 de agosto de 1769 — Santa Helena, 5 de maio de 1821) foi o dirigente efetivo da França a partir de 1799 e adotando o nome de Napoleão I foi Imperador da França de 18 de maio de 1804 a 6 de abril de 1814, posição que voltou a ocupar rapidamente de 20 de março a 22 de junho de 1815. http://pt.wikipedia.org/wiki/Napoleão_Bonaparte

4 D. João VI de Portugal (nome completo: João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael de Bragança; Lisboa, 13 de maio de 1767 — Lisboa, 10 de março de 1826), cognominado O Clemente, foi Rei de Portugal entre 1816 e a sua morte. Segundo dos filhos de D. Maria I de Portugal e de seu tio Pedro III, herdeiro da coroa como Príncipe do Brasil e 21º Duque de Bragança após a morte do irmão mais velho José, Duque de Bragança em 11 de setembro de 1788, vitimado pela varíola.



bem, a educação brasileira não sofreu nessa época, qualquer evolução que pudesse ser considerada marcante ou significativa.

A partir do século XX, as estatísticas indicaram melhorias na taxa de analfabetismo e aumento regular da escolaridade média e da frequência escolar (taxa de escolarização). No entanto, a situação ainda não é satisfatória.

A educação passou a ser vista como base para o desenvolvimento do país mas, infelizmente, consideráveis parcelas dos recursos a ela destinados não são bem empregadas ou nunca chegam ao seu destino final, sendo desviadas para outras “prioridades” dentro da visão política de interesses do governo.

Os conteúdos e as atividades didáticas, voltadas para o conhecimento de nossa pátria e de nossos símbolos não são mais utilizados em muitas escolas no país, desfavorecendo a familiarização da criança com a cidadania, durante a sua formação.

O que se tem presenciado é o desinteresse, por parte do governo, em retornar a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) à grade escolar da educação fundamental. Essa matéria, a partir da Proclamação da República, atuou não só como currículo escolar, mas como prática educativa. Nessa condição era, até o ano de 1993, utilizada para o ensino e desenvolvimento do sentimento de amor e devoção à pátria e aos seus símbolos.

2.1 O Sistema Educacional Brasileiro⁵

Conforme presente na legislação, o Sistema Educacional Brasileiro se dá em resumo desta forma:

- Educação infantil - destinada a crianças de 0 a 5 anos de idade. Compreende creche e pré-escola;

5 <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/educacao.html>, visitado em 18/10/2009.

- Ensino fundamental (1º Grau) - abrange a faixa etária de 6 a 14 anos e com duração de 9 anos. É obrigação de o Estado garantir a universalidade da educação neste nível de ensino.
- Ensino médio (2º Grau) e médio profissionalizante - Duração variável entre 3 e 4 anos;
- Ensino superior - Compreende a graduação e a pós-graduação. Os cursos da graduação têm duração de 4 a 6 anos. Na pós-graduação, a duração varia de 2 a 4 anos, para os cursos de mestrado, e entre 4 a 6 anos, para o doutorado.

Na última década do século XX - 1992/2007, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos de idade ou mais caiu de 17,2% para 9,9 % . O quadro abaixo mostra a evolução recente:

Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)⁶

Periodicidade: Anual / Abrangência: Brasil

Ano	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade
1992	17,2
1995	15,5
1998	13,8
2003	11,5
2007	9,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007

Nota:

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

6 http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=ECE304

Essa queda continua sendo percebida ao longo dos primeiros anos do século XXI, chegando a 11,8% em 2002. No entanto, apesar dessa redução, o país ainda tem um total de 14,6 milhões de adultos analfabetos.

Além do mais, tal redução não ocorreu de forma equilibrada nas grandes regiões do país. No gráfico 1, ao lado podemos identificar essas desigualdades.

Além disso, a permanência nos bancos escolares, em nosso país, apesar de crescente, ainda deixa a desejar. No quadro a ao lado (gráfico 2), a situação.

As diferenças regionais são, também, significativas, como vemos no gráfico 3.

O Brasil chegou ao final do século XX com 96,9% das crianças de 0 a 6 anos de idade na escola. Entretanto, em 2007 apenas 44,5% das crianças de zero a seis anos de idade frequentavam creche ou escola no país. O percentual ainda é menor se levarmos em conta as crianças de zero a 3 anos de idade. Dessas, apenas 11,7% estão matriculadas em creche ou escola.

TAXA DE FREQUÊNCIA ESCOLAR⁷

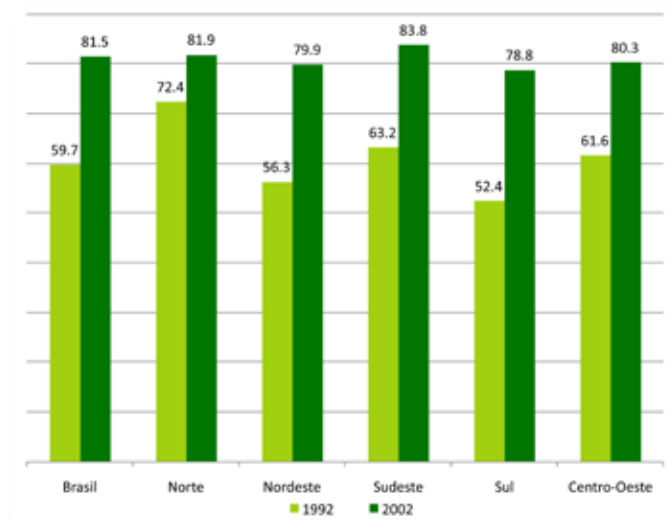
Ano	Taxa de frequência à escola ou creche de crianças de 0 a 6 anos de idade
1991	27,5
2001	34,9
2002	36,5
2003	37,7
2004	40,2
2005	40,8
2006	43,0
2007	44,5

Nota:

(1) Até 2003, exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

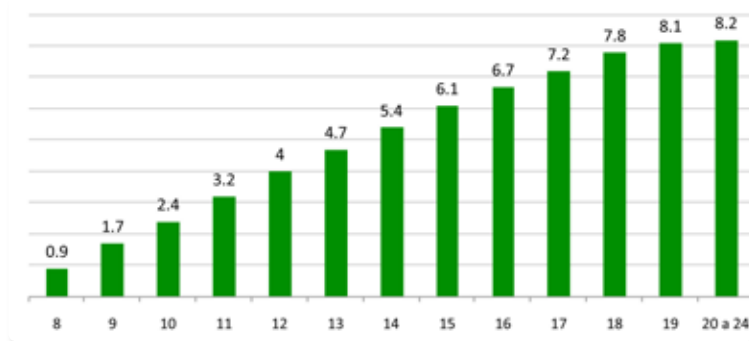
7 http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=ECE318

Gráfico 1 - Taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 anos de idade Brasil e Grandes Regiões - 1992/2002



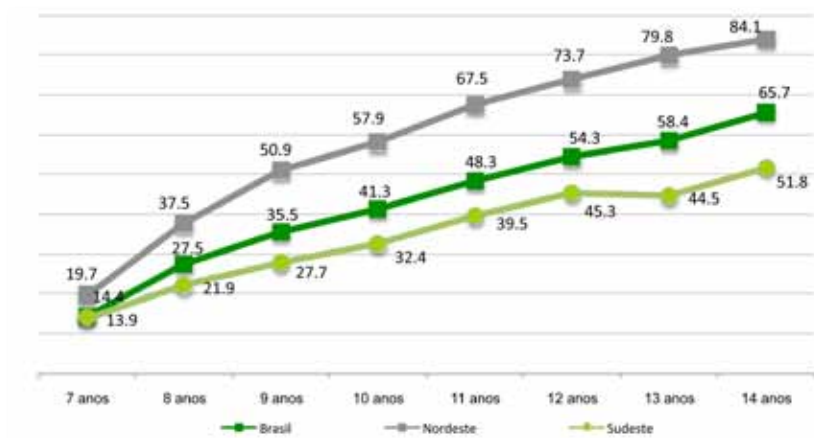
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios 1992/2002

Gráfico 2 - Média de anos de estudo das pessoas de 7 anos ou mais idade, por idade pontual e grupos de idade - Brasil - 2002



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios 2002

Gráfico 3 - Taxa de defasagem idade/série dos estudantes de 7 a 14 anos de idade Nordeste e Sudeste - 2002



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios 2002

Como visto, a situação educacional do nosso país não é das melhores e sofremos dificuldades com isso.

3. CIVISMO E PATRIOTISMO

Civismo e patriotismo são atitudes e comportamentos que no dia-a-dia, os cidadãos manifestam na defesa de certos valores e práticas assumidas como fundamentais para a vida coletiva, com foco na preservação da harmonia e na melhoria do bem-estar de todos. É o respeito aos valores, às instituições e às práticas especificamente políticas de um país.

Durante o período dos governos militares (1964–1985) houve uma grande expansão das universidades no Brasil, nasceu o vestibular classificatório e para erradicar o analfabetismo, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

A partir de 1969 a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC), de acordo com o Decreto Lei 869/68⁸, tornou-se obrigatória no currículo escolar brasileiro, juntamente com a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Essas entraram em substituição às matérias de Filosofia e Sociologia e ficaram caracterizadas pela transmissão da ideologia do regime autoritário ao exaltar o nacionalismo e o civismo dos alunos e privilegiar o ensino de informações em detrimento da reflexão e da análise.

Conforme estabelecido à época, Educação Moral e Cívica tinha como finalidade:

- A defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade,

8 <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=195811>

sob a inspiração de Deus;

- Preservação, fortalecimento e projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- Fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- Culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- Aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- Compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- Preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando o bem comum;
- Culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

De acordo com o disposto, suas bases filosóficas deveriam motivar:

- Ação nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado, tendo em vista a formação da consciência cívica do aluno;
- Prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos



democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extra-classe e orientação dos pais”.

A EMC, inicialmente, surgiu com um papel central e diferencial. Durante o regime militar, houve um chamamento em todo o país, para que não só nas escolas fossem cumpridos os deveres cívicos e patrióticos, mas por toda a sociedade, através de propagandas constantemente repetidas na imprensa falada e escrita enaltecendo o potencial industrial do Brasil e o dever de cada cidadão na construção do progresso.

Ela foi elaborada ao lado da Segurança Nacional e fazia parte do “Brasil Grande” como queriam os militares durante aquele período.

Mesmo tendo sido vista por muitos como uma doutrina autoritária do regime militar, a Educação Moral e Cívica trouxe aos indivíduos a consciência de seus direitos e deveres cívicos, bem como o sentimento de amor à pátria e o conhecimento de seus símbolos.

Muitas das crianças que contaram com a EMC em sua formação educacional, são, hoje, indivíduos adultos e possuem como característica o embasamento educacional e motivacional para o preparo de uma mobilização em caso de necessidade.

Esses indivíduos reconhecem em sua pátria a mãe gentil que o afaga com suas inúmeras qualidades, mas o castiga caso não reconheça suas vulnerabilidades e ameaças.

Foi com essa disciplina que a escola contribuiu para a formação político-social dos estudantes, de modo a torná-los cidadãos conscientes e participativos, futuros eleitores, trabalhadores e formadores de opinião por intermédio de temas como a estrutura de poder no Brasil, as atribuições de um Presidente da República, de um governador ou de um prefeito, etc.

Quanto à Organização Social e Política Brasileira (OSPB), também criada pelo Decreto Lei 869/68, ela estaria articulada com a EMC e suas finalidades e tinha como objetivos:

- Preparação do jovem para o exercício consciente da cidadania brasileira;
- Inserção do jovem na vida política e social do país através de um conhecimento adequado de nossas instituições, de nossa estrutura governamental, dos processos políticos e administrativos que asseguram o pleno funcionamento de um regime democrático.⁹

Em 14 de junho de 1993, foi publicada a Lei 8.663, que revogou o Decreto-lei 869, de 12 de setembro de 1969, retirando a EMC e OSPB dos currículos escolares.

4. MOBILIZAÇÃO NACIONAL

“Mobilização Nacional é medida prevista na Constituição Federal e envolve a consciente participação de cada cidadão brasileiro em ações de preparo e execução. Tais ações possibilitaram ao país enfrentar e resolver situações de pressão ou crise internacional, interesses, ameaças ou agressões estrangeiras ao nosso povo, tradições, instituições, território e soberania, no menor tempo e com o mínimo de transtornos para nossa população e economia.”¹⁰

Para concretizarmos a mobilização, faz-se necessário o envolvimento ativo



9 MUSSUMECI, Victor. Organização Social e Política brasileira. 23ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1963. 09.

10 <http://www.mobilizacao nacional.org.br/>

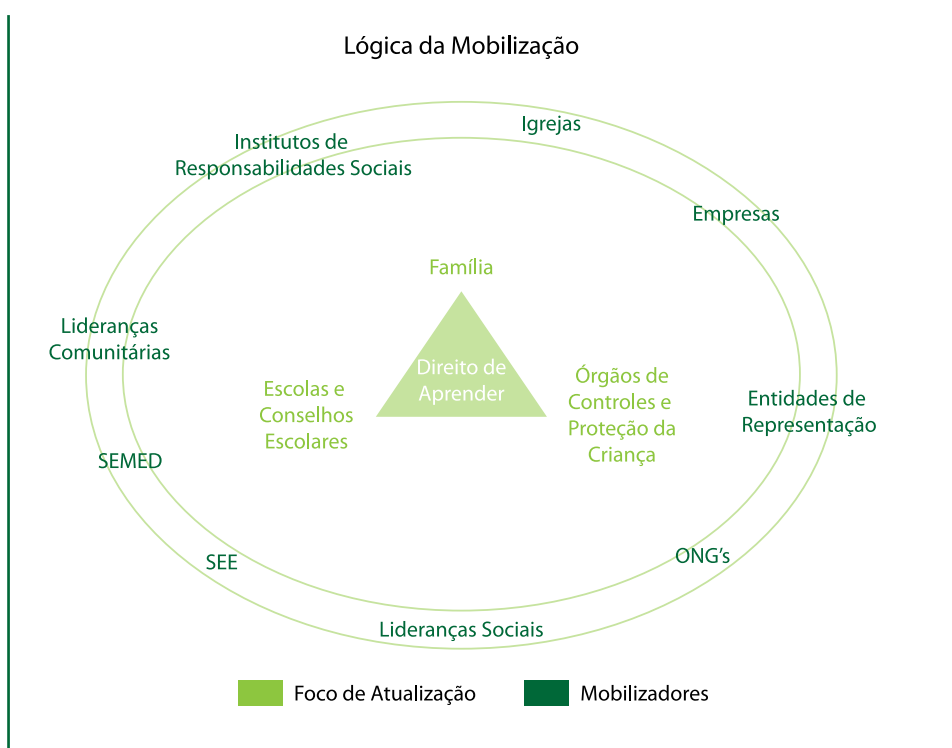
do cidadão, da organização social e da empresa, na busca pelos direitos e proteção do patrimônio nacional. Ela se traduz em pequenas ou grandes ações e pode ser desempenhada de diferentes formas, em longo ou curto período.

A mobilização requer um planejamento estratégico destinado a prever recursos materiais e pessoais necessários às ações programadas. Também poderá ser preciso efetuar transferências de recursos de outros setores para o da segurança, inclusive agindo sobre o potencial nacional, podendo essas transferências processarem-se entre os campos do desenvolvimento e da segurança, as expressões do poder nacional e os vários elementos constitutivos de uma mesma expressão.

O preparo caracteriza-se pelo conjunto de atividades planejadas, empreendidas ou orientadas pelo Estado, desde a situação normal, visando sua execução. Essa é o conjunto de atividades que, após o necessário ato formal de decretação, são empreendidas pelo Estado de forma ágil e dinâmica, a fim de transferir meios existentes no poder nacional e promover a produção e obtenção oportuna de meios adicionais.

Nota-se a importância em conhecermos o grau de aptidão que tem uma nação para a necessidade de uma mobilização e em tempo oportuno, passar de uma situação de paz para uma de guerra, com o máximo de eficácia e o mínimo de transtornos para a vida nacional.

Como exemplo, o gráfico a seguir demonstra uma estrutura de Mobilização Social pela Educação:¹¹



5. SEGURANÇA NACIONAL

Segurança vem do latim “securitas”, que quer dizer tranquilidade, calma, confiança, sem temor.

É o estado, qualidade ou condição de uma pessoa ou coisa, livre de perigos incertezas e assegurado de danos ou riscos. É ainda considerada condição em que os estados consideram que não há nenhum tipo de perigo, sejam eles econômicos, políticos, sociais, etc.

Segundo o manual da Escola Superior de Guerra – ESG, é “o sentimento de garantia, para a nação, da conquista e manutenção dos seus objetivos fundamentais, proporcionada pela aplicação do seu poder nacional”.

Abraham Maslow¹² em sua pirâmide das necessidades, hierarquiza as necessidades humanas numa escala ascendente com o objetivo de compreender as motivações das pessoas. Define segurança como a necessidade de estabilidade e segurança no emprego e de proteção contra privações, perigos e ameaças.

11 http://portal.mec.gov.br/mse/index.php?option=com_content&view=article&id=164:o-que-e-mobilizacao-social-pela-educacao&catid=71:destaque-principal&Itemid=220

12 http://pt.wikipedia.org/wiki/Abraham_Maslow

Pirâmide de Maslow



www.suamente.com.br

cidadão brasileiro através de participação em comemorações cívicas, estudo sobre a estrutura política do país, os símbolos nacionais e as pessoas que fizeram a diferença devido a comportamentos exemplares. Esses, em sendo seguidos pelos estudantes, os incentivariam formando comportamentos cívicos e a serem melhores cidadãos.

Segurança nacional não pode ser reduzida apenas ao poder militar. Ela inclui componentes econômicos, diplomáticos, de inteligência e político-culturais. É uma atribuição fundamental do Estado.

Inseparável à noção de Estado Nacional desde a sua origem, consiste em assegurar, em todos os lugares, a todo o momento e em todas as circunstâncias, a integridade do território, a proteção da população e a preservação dos interesses nacionais contra todo tipo de ameaça e agressão.

Considerando os anseios nacionais quanto à integridade, ao desenvolvimento e bem-estar geral, faz-se necessário, a manutenção de um efetivo de forças armadas e a mobilização da sociedade, implementação da defesa civil e medidas preventivas de situações de emergência definidas em lei, infra-estrutura no território e utilização de serviços de inteligência e contra-inteligência para detectar, prevenir ou evitar espionagem ou atentados e para proteger informações confidenciais.

Nesse contexto, disciplinas como Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSP), colaborariam substancialmente na preparação do

6. CONCLUSÃO

O presente estudo dá ênfase à importância e à necessidade da reinclusão, em todo o ensino no país, na grade curricular escolar, em caráter obrigatório, de disciplinas como Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSP). Elas serviram como prática educativa no sentido de desenvolver, nos estudantes, a capacidade de plena preparação e aperfeiçoamento, do sentimento de patriotismo, de crítica e análise da realidade social em que vivemos e efetiva participação política.

Através deste conhecimento, o estudante ficará mais preparado e motivado para o fortalecimento da soberania do País por meio de sua cidadania, postando-se de maneira contrária à exploração, opressão ou desrespeito ao cidadão, à pátria e aos seus símbolos.

Alguns estudiosos, no entanto, acreditam que o civismo, apesar de estigmatizado como obrigação pelo governo militar brasileiro, poderia contribuir para a auto-estima nacional, quando abordado sem exageros.

É possível o desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do estudante através da EMC e OSP, visando à sua melhor integração individual e social.

O preparo desta nova geração, com o aprimoramento do caráter, apoio na moral, e dedicação à família e à comunidade, seria bastante melhorado com a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do país.

Pretendeu-se com este artigo alertar a sociedade e o governo para a necessidade da formação cívica dos estudantes, com o intuito de formar uma geração de cidadãos patriotas ilibados que se dediquem e defendam a pátria, dentro de um sentimento de idoneidade político-administrativa.

REFERÊNCIAS

BERGO, Marcio Tadeu Bettega. *O pensamento estratégico e o desenvolvimento nacional: uma proposta de projeto para o Brasil*. - 2ª ed. – São Paulo:MP Ed.,2008.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Decreto-lei 869, de 12 de setembro de 1969*. Dispõe sobre a inclusão da educação moral e cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no país e dá outras providências.

BRASIL, Senado Federal. *Lei 8.663, de 14 de junho de 1993*. I Revoga o Decreto-lei 869, de 12 de setembro de 1969 e dá outras providências.

BRASIL, Lei nº 11.631, de 27 dezembro de 2007, Dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Elementos doutrinários. In: *Manual Básico* Volume 1. Rio de Janeiro: ESG 2009.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Aspectos específicos. In: *Manual Básico* Volume 2. Rio de Janeiro: ESG 2009.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "EMC (Educação Moral e Cívica)" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

MUSSUMECI, Víctor. *Organização Social e Política brasileira*. 23ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1963. 09

<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=364>, visitado em 18/10/2009.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_de_Jesus, visitado em 18/10/2009.

<http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/colunas/barrospinto/2004/07/18/jorcolpin20040718001.html>, visitado em 18/10/2009.

<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/educacao.html>, visitado em 18/10/2009.

http://portal.mec.gov.br/mse/index.php?option=com_content&view=article&id=164:oque-e-mobilizacao-social-pela-educacao&catid=71:destaque-principal&Itemid=220, visitado em 18/10/2009.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Abraham_Maslow

http://site.suamente.com.br/wpcontent/uploads/Motiva_o/a_piramide_de_maslow/piramide_de_maslow.gif

http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=ECE304, visitado em 18/10/2009.

Lícia Mendes

Administradora / Ouvidora do Instituto Mendes de Educação e Cultura – IMEC; Professora da Pós-Graduação em Gestão de Segurança Empresarial – SENAC/RJ; Especialização em Logística e Mobilização Nacional – Escola Superior de Guerra - ESG e Segurança nas Organizações– UNESA.

sumário

VOCÊ ESTÁ PREPARADO PARA OS NOVOS DESAFIOS DE RISCOS DO MERCADO??

PREPARE-SE !! FAÇA DIFERENÇA !!

**Frequente os cursos da Brasiliano&Associados,
empresa com mais de 20 anos de experiência
em Gestão de Riscos Corporativos !!**

informações | 11 5531-6171
| www.brasiliano.com.br
| info@brasiliano.com.br

 **b&a**
BRASILIANO & ASSOCIADOS



Coleção **GESTÃO DE RISCOS**

RISCO POSITIVO: O FIM DA DÚVIDA CRUEL

Você saberia dizer o que é risco positivo? Saberia dizer também o que não é? Ou então saberia responder por que as organizações, atualmente, não gerem seus riscos positivos? André Macieira sabe e explica sucintamente em obra *Gestão de Risco Positivo* (Sicurezza, 2010).

O Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professor das disciplinas de Gestão de Risco Operacional e Estratégia Empresarial em MBAs e cursos de curta duração da Coppe/UFRJ, FUNENSEG, e INSADE e membros de grupos de discussão técnica em gestão de riscos da ABNT/ISO, SCOR, AMCHAM e OCEG dá luz há uma das maiores lacunas de conhecimento no mercado de riscos.

O autor inicia sua obra pondo fim à questão da definição do termo. Risco positivo não é sinônimo de oportunidade. Risco positivo é risco positivo, por mais paradoxal que possa soar a expressão “seu uso é intencional e reforça o novo paradigma a ser construído de que risco em sua essência é um evento ou situação incerta que pode ser materializado tanto como uma ameaça quanto como uma oportunidade”.

Mas o questionamento central da obra, ultrapassa a definição do termo:

Porque as pessoas em geral e, principalmente, os gestores de risco se focam mais na face das incertezas que se não mitigadas implicam em ameaças e perdas em vez de se focarem na face das incertezas que se bem exploradas, alavancam oportunidades com ganhos significativos para a organização?

Ao longo de cinco capítulos, a obra objetiva “ampliar o entendimento sobre o conceito de incerteza e propor uma nova reflexão às áreas de risco operacional que hoje se perguntam ‘como a gestão de riscos operacionais agrega valor ao meu negócio?’”.

Segundo o autor, que é Coordenador do grupo da ABNT para pesquisa e estudos em gestão de riscos positivos, o questionamento ganhará outro sentido quando as organizações concentrarem seus esforços na gestão das incertezas que influenciam positivamente os resultados obtidos.

Macieira propõe às empresas que desejem atuar pró-ativamente nas suas fontes de incerteza para alavancar oportunidades financeiras lucrativas, que empenhem-se em responder à pergunta: “quais são nossas deficiências e vulnerabilidades em termos de pessoas, processos e sistemas que impedem que os ganhos de uma oportunidade potencial sejam explorados no limite?”



Essa atitude pró-ativa é, segundo o autor, um dos maiores desafios para os próximos anos.

Quase um terço da obra é composta de anexos, em sua maioria fluxogramas citados ao longo do texto e que facilita a implementação do framework de gestão de riscos positivos na organização.

Confira no Blog da Brasiliano & Associados o anúncio do lançamento da obra.

CORRUPÇÃO: UM EFEITO SOBRE A TAXA DE JUROS

“Aqui se faz, aqui se paga”, é o que demonstra Lara Pereira Mendes em sua obra que prova que o lucro imediato e delituoso da corrupção impossibilita o crescimento potencial de toda a nação

Os crimes englobados pela corrupção, compõem uma economia altamente expressiva. Mas por que o crime consegue sustentar-se sobre as penas que os conferem? Certamente porque o benefício de se praticar uma ação criminosa é maior que o risco de ser pego e penalizado por isso, ou seja, o crime “vale a pena”.

Mas se para o indivíduo vale a ação delituosa, ocorre o mesmo para a nação?

“Aristóteles define a corrupção como a destruição, a dissolução, [...] o mal social que destrói, anula a própria sociedade”, nota Lara Pereira Mendes em *Corrupção: um efeito sobre a taxa de juros* (Sicurezza, 2010).

Em sua dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia de Empresas da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Economia do Trabalho, a autora mostra que, além da perda direta dada pela subtração de ativos dos processos econômicos naturais, a corrupção também provoca perdas indiretas, como o aumento da taxa de juros básica do Estado que contém o crescimento de toda a nação.

O objetivo do trabalho de Lara foi o de verificar se os níveis de corrupção, medidos pelo Índice de Percepção de Corrupção (IPC), influenciam a taxa básica de juros.

Um “negócio” que “movimenta cerca de 1 trilhão de dólares a cada ano, por meio de pagamento de propinas e subornos ou pelo desvio de recursos públicos para bolso privado”, deve ser estudado para que o desperdício seja refreado, possibilitando o redirecionamento monetário aos seus processos originais e, conseqüentemente, o desenvolvimento das sociedades.

É nesse sentido que a obra de Lara Mendes auxilia no combate à corrupção, pois conscientiza o leitor das conseqüências da prática criminosa, que incide a todos indiscriminadamente, instigando nele a vontade de primar por uma sociedade mais honesta.

A hipótese levantada pela autora para o problema “é que a corrupção está relacionada a baixa segurança que o Estado oferece ao investidor, seja residente ou não residente, o que significa maior



prêmio de risco, que por sua vez implica em maiores retornos (juros). Para que um país consiga atrair capital estrangeiro, para o financiamento da Dívida Externa, por exemplo, é necessário que os Bancos Centrais tornem a taxa de juros do país mais atrativa, do ponto de vista financeiro. Além disso, a corrupção aumenta os custos para as empresas, seja pela liberação de “propinas”, seja pelo atraso na implantação dos projetos de investimentos, caso as firmas não aceitem se corromperem.”

Ao longo do trabalho, estruturalmente bem organizado e com conteúdo de linguagem clara e otimizada, a autora concluiu que “independentemente do modelo político-econômico adotado há influência da corrupção quanto aos níveis da taxa de juros”.

Confira informações sobre o lançamento do livro no Blog da Brasiliano & Associados.

Editora Sicurezza, trazendo a informação!!

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DE 2010



para comprar, acesse: www.sicurezzaeditora.com.br

sumário